

Título original:
Thinking Sociologically

Tradução autorizada da segunda edição inglesa
publicada em 2001 por Blackwell Publishing,
de Oxford, Inglaterra

Copyright © 1990, 2002, Zygmunt Bauman e Tim May

Copyright da edição em língua portuguesa © 2010:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Sergio Campante
Fotos da capa: © Massimo Antognoli e © Anthony Sharpix

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B341a Bauman, Zygmunt, 1925-
Aprendendo a pensar com a sociologia/Zygmunt Bauman e Tim May;
tradução Alexandre Werneck. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

Tradução de: Thinking sociologically
Inclui índice
ISBN 978-85-378-0197-0

1. Sociologia. I. May, Tim, 1957-. II. Título.

CDD: 301
CDU: 316

09-6542

. Sumário .

Prefácio à segunda edição, 7

Introdução: A sociologia como disciplina, 11

Em busca de distinção, 11 | Sociologia e senso comum, 17 | O conteúdo
deste livro, 28 | Questões para refletir, 29 | Sugestões de leitura, 29

Parte I Ação, identidade e entendimento na vida cotidiana

1. Alguém com os outros, 33

Escolha, liberdade e convivência com os outros, 34 | Alguém com o outro:
perspectivas sociológicas, 40 | Socialização, importância e ação, 44 | Síntese, 47 | Questões para refletir, 49 | Sugestões de leitura, 49

2. Observação e sustentação de nossas vidas, 51

Fundamentando nossas vidas: interação, entendimento e distância social,
51 | Observando e vivendo a vida: fronteiras e outsiders, 61 | Síntese, 72 |
Questões para refletir, 72 | Sugestões de leitura, 73

3. Laços: para falar em "nós", 75

Comunidades: forjar o consenso e lidar com o conflito, 75 | Cálculo,
racionalização e vida grupal, 80 | Síntese, 93 | Questões para refletir, 94 |
Sugestões de leitura, 94

Parte II Viver nossas vidas: desafios, escolhas e coerções

4. Decisões e ações: poder, escolha e dever moral, 97

Tomadas de decisão, 97 | Valores, poder e ação, 101 | A motivação para agir,
109 | Síntese, 123 | Questões para refletir, 124 | Sugestões de leitura, 124

. Introdução .

A sociologia como disciplina

Neste capítulo analisaremos a ideia de aprender a pensar sociologicamente e sua importância no entendimento de nós mesmos, uns dos outros e dos ambientes sociais em que vivemos. Para isso, iremos considerar a sociologia uma prática disciplinada, dotada de um conjunto próprio de questões com as quais aborda o estudo da sociedade e das relações sociais.

Em busca de distinção

A sociologia engloba um conjunto disciplinado de práticas, mas também representa considerável corpo de conhecimento acumulado ao longo da história. Percorrer com o olhar a seção de sociologia das bibliotecas revela um conjunto de livros que representa essa área de conhecimento como uma tradição de publicação. Essas obras fornecem considerável volume de informação para novatos na área, queiram eles se tornar sociólogos ou apenas ampliar seu conhecimento a respeito do mundo em que vivem. São espaços em que os leitores podem se servir de tudo aquilo que a sociologia é capaz de oferecer e, com isso, consumir, digerir, dela se apropriar e nela se expandir. Essa ciência configura-se, assim, uma via de constante fluxo, e os novatos acrescentam ideias e estudos da vida social às estantes originais.

e ao governo; a economia lida com aquelas relacionadas ao uso de recursos em termos de maximização de sua utilidade por indivíduos considerados “racionais”, em um sentido particular do termo, assim como à produção e à distribuição de bens; o direito e a criminologia estão interessados na interpretação e aplicação de leis e normas que regulam o comportamento humano e na maneira como essas normas estão articuladas, como se tornam obrigatórias, são executadas e seus efeitos. Todavia, esse modo de justificar as fronteiras entre disciplinas torna-se problemático, pois assumimos que o mundo humano reflete divisões tão precisas que demandam ramos especializados de investigação. Chegamos então a um debate importante: como a maioria das crenças que parecem autoevidentes, essas divisões só se mantêm óbvias enquanto nos abstemos de examinar os *pressupostos* que as sustentam.

Então, de onde tiramos a ideia de que as ações humanas podem ser divididas em categorias? Seria do fato de que elas têm sido assim classificadas, e a cada uma tem se atribuído nome específico? Ou do fato de que há grupos de especialistas com credibilidade, considerados conhecedores e confiáveis, que clamam direitos exclusivos para estudar determinados aspectos da sociedade e nos suprir com opiniões fundamentadas? Do ponto de vista de nossas experiências, contudo, faz sentido repartir a sociedade entre economia, ciência política ou políticas públicas? Afinal, não vivemos um momento sob o domínio da ciência política e o seguinte sob o da economia; nem nos deslocamos da sociologia para a antropologia quando viajamos da Inglaterra para alguma região, digamos, da América do Sul; ou da história para a sociologia de um ano para outro!

Será que somos capazes de separar esses domínios de atividade em nossas experiências e, assim, categorizar nossas ações em políticas num momento e econômicas em outro porque antes de tudo fomos ensinados a fazer tal distinção? Então o que conhecemos não seria o mundo em si, mas o que nele estamos fazendo em termos de como nossas práticas são conformadas por uma imagem daquele mundo. Trata-se de um modelo cons-

truído com os blocos derivados das relações entre *linguagem* e *experiência*. Desse modo, não há divisão natural do mundo humano que se reflete em diferentes disciplinas acadêmicas. O que há, pelo contrário, é uma divisão de trabalho entre os estudiosos que se debruçam sobre as ações humanas, e isso é reforçado pela mútua distinção dos respectivos especialistas, com os direitos exclusivos de cada grupo quanto à decisão do que pertence e do que não pertence a suas áreas específicas.

Em busca da “diferença que faz a diferença”, deparamos com a questão: em que as práticas desses ramos de estudo diferem umas das outras? Existe similaridade nas atitudes de cada um deles em relação ao que escolheram como objeto de estudo. Afinal, todos exigem obediência às mesmas regras de conduta ao lidar com seus respectivos objetos. Todos buscam coletar fatos relevantes e garantir sua validade, e, então, testam e voltam a testar esses fatos no sentido de confirmar a confiabilidade das informações a respeito deles. Além disso, todos tentam colocar as proposições sobre esses fatos de tal maneira que elas sejam clara e inequivocamente compreendidas e confirmadas por evidências. Fazendo isso, procuram antecipar-se a contradições entre proposições ou mesmo eliminá-las, de modo que nunca duas afirmações opostas sejam consideradas verdadeiras ao mesmo tempo. Simplificando, todos eles tentam fazer jus à ideia de uma disciplina sistemática e apresentar seus achados de modo responsável.

Agora podemos afirmar que não há diferença na maneira como a tarefa dos especialistas, bem como sua marca registrada – a responsabilidade acadêmica –, é entendida e praticada. Quem reivindica a condição de especialista parece empregar estratégias similares para coletar e processar seus fatos: observa aspectos das ações humanas ou emprega evidências históricas e busca interpretá-las segundo modos de análise coerentes com essas ações. Logo, parece que nossa última esperança de encontrar o traço distintivo está nos tipos de questão que motivam cada campo, ou seja, aquelas que determinam os pontos de vista (perspectivas cognitivas) pelos quais as ações humanas são

observadas, pesquisadas, descritas e explicadas por estudiosos dessas diferentes disciplinas.

Vejamos o tipo de questão que motiva os economistas. Nessa abordagem, o que é levado em consideração se deslocaria para a relação entre custos e benefícios das ações humanas, avaliadas do ponto de vista do gerenciamento de recursos escassos e dos modos possíveis de maximizar seus benefícios. Além disso, as relações entre os atores seriam examinadas como aspectos da produção e das trocas de bens e serviços, todos eles considerados regulados por relações de mercado de oferta e procura e pelo desejo dos atores de conquistar suas preferências de acordo com um modelo de ação racional. Os achados seriam, então, arranjados em um modelo do processo pelo qual os recursos são criados, obtidos e distribuídos entre várias demandas.

A ciência política, por sua vez, mais provavelmente se interessará pelos aspectos das ações humanas que mudam – ou são mudados por – condutas vigentes ou prognósticas de outros atores em termos de seu poder e influência. Nesse sentido, as ações podem ser vistas em termos de assimetria entre essas duas grandezas, e, então, alguns atores emergem da interação com seus comportamentos mais significativamente modificados do que os de outros integrantes dessa interação. Também é possível organizar essas descobertas em torno de conceitos como poder, dominação, Estado, autoridade e outros.

As preocupações da economia e da ciência política não são de maneira alguma estranhas à sociologia, o que logo se evidencia em trabalhos sociológicos escritos por estudiosos que se podem identificar como historiadores, cientistas políticos, antropólogos ou geógrafos. A sociologia, aliás, como outros ramos das ciências sociais, possui sua própria perspectiva cognitiva que estabelece questões a lançar acerca das ações humanas, assim como seus próprios princípios de interpretação. Desse ponto de vista, podemos dizer que a sociologia se distingue por observar as ações humanas como elementos de figurações mais amplas; ou seja, de uma montagem não aleatória de atores reunidos em rede de dependência mútua (dependência considerada o estado

no qual a probabilidade de que a ação seja empreendida e as chances de seu sucesso se alterem em função do que sejam os atores, do que façam ou possam fazer).

Os sociólogos perguntam que consequências isso tem para os atores humanos, as relações nas quais ingressamos e as sociedades das quais somos parte. Em resposta, formatam o objeto da investigação sociológica. Assim, figurações, redes de dependência mútua, condicionamentos recíprocos da ação e expansão ou confinamento da liberdade dos atores estão entre as mais preeminentes preocupações da sociologia.

Atores individuais tornam-se objeto das observações de estudos sociológicos à medida que são considerados participantes de uma rede de interdependência. Por isso, e porque, não importando o que façamos, somos dependentes dos outros, poderíamos dizer que a questão central da sociologia é: como os tipos de relações sociais e de sociedades em que vivemos têm a ver com as imagens que formamos uns dos outros, de nós mesmos e de nosso conhecimento, nossas ações e suas consequências? São questões desse tipo – partes das realidades práticas da vida cotidiana – que constituem a área própria da discussão sociológica e definem a sociologia como ramo relativamente autônomo das ciências humanas e sociais. Logo, podemos concluir que aprender a pensar com a sociologia é uma forma de compreender o mundo dos homens que também abre a possibilidade de pensá-lo de diferentes maneiras.

Sociologia e senso comum

Aprender a pensar sociologicamente é uma atividade que se distingue também por sua relação com o chamado “senso comum”. Talvez mais ainda que em outras áreas de estudo, a relação com o senso comum é, na sociologia, conformada por questões importantes para sua permanência e sua prática. As ciências físicas e biológicas não se preocupam aparentemente em enunciar sua relação com o senso comum. A maioria das ciências se estabe-

lece definindo-se em termos das fronteiras que as separam de outras disciplinas, e não se supõe partilhando terreno suficiente para se preocupar em traçar fronteiras ou pontes com esse conhecimento rico, ainda que desordenado e não sistemático, em geral desarticulado, inefável, que chamamos de senso comum.

Essa indiferença deve ter alguma justificativa. O senso comum, afinal, parece nada ter a dizer sobre os problemas que preocupam físicos, químicos e astrônomos. Os assuntos com os quais eles lidam não se voltam para as experiências cotidianas nem passam pela mente de homens e mulheres comuns. Assim, não especialistas em geral não se consideram aptos a emitir opiniões a respeito desses temas, a menos que sejam auxiliados por cientistas. Afinal, os objetos explorados pelas ciências físicas só são acessíveis sob circunstâncias muito especiais – por exemplo, através das lentes de telescópios gigantescos, cujo uso para desenvolver experimentos em determinadas condições é exclusividade dos cientistas, que dessa forma reivindicam para si a posse monopolística de um dado ramo da ciência. Como únicos detentores da experiência que fornece a matéria-prima para seus estudos, o processo, as análises e a interpretação desses materiais estão sob seu controle. Os produtos dessa forma de posse devem, então, submeter-se e resistir ao escrutínio crítico de outros cientistas. Não precisam competir com o senso comum pela simples razão de que este não tem pontos de vista sobre as matérias a respeito das quais essas áreas se pronunciam.

Devemos agora lembrar algumas questões mais sociológicas. Afinal, a caracterização seria tão simples quanto sugere o que acabamos de dizer? A produção de conhecimento científico contém fatores sociais que informam e conformam suas práticas, enquanto as descobertas científicas podem ter implicações sociais, políticas e econômicas a respeito das quais, em qualquer sociedade democrática, a última palavra não será dos cientistas. Em outras palavras, não podemos separar tão facilmente o sentido da pesquisa científica dos fins a que ela pode ser aplicada, nem separar a razão prática da própria ciência. Afinal, a maneira

como a pesquisa é financiada, e por quem, pode, em algumas instâncias, ser determinante para seus resultados.

Preocupações públicas recentes com a qualidade do alimento que consumimos, o ambiente em que vivemos, o papel da engenharia genética e o patenteamento de informação sobre os genes de populações por parte de grandes corporações representam apenas uma pequena parcela da gama de questões que a ciência não pode regular sozinha – uma vez que está diante da justificação do conhecimento, mas também de suas aplicações e implicações nas vidas que ele conduz. Eses assuntos dizem respeito a nossas experiências e suas relações com práticas cotidianas, ao controle que temos sobre nossa vida e à direção em que nossas sociedades se orientam.

Esses temas fornecem a matéria-prima para a investigação sociológica. Vivemos em companhia de outras pessoas e interagimos uns com os outros. Nesse processo, demonstramos extraordinária quantidade de *conhecimento tácito*, que nos permite lidar bem com os desafios do dia a dia. Cada um de nós é um ator habilidoso, mas o que conseguimos e o que somos depende do que fazem as outras pessoas. Afinal, a maioria de nós já viveu a angustiante experiência de ruptura da comunicação com amigos e desconhecidos. Segundo esse ponto de vista, o assunto da sociologia já está embutido em nosso cotidiano, sem o que, aliás, seríamos incapazes de conduzir nossa vida na companhia dos outros.

Embora profundamente imersos em nossas rotinas – conformadas por conhecimento prático orientado para os parâmetros sociais pelos quais interagimos –, não é frequente pararmos para pensar sobre o significado daquilo por que passamos; e menos ainda para comparar nossas experiências pessoais com o destino dos outros, a não ser, talvez, para obter respostas individuais para os problemas sociais ostensivamente exibidos para o consumo de todos em programas de entrevistas na TV. Nesse caso, entretanto, a privatização de questões sociais é reforçada, aliviando-nos, assim, do fardo de enxergar as dinâmicas das relações sociais no que é antes visto como reações individuais.

É exatamente isso que o pensamento sociológico pode fazer por nós. Como um modo de pensar, ele nos fará questões do tipo: “Como nossas biografias individuais se entrelaçam com a história que partilhamos com outros seres humanos?” Ao mesmo tempo, sociólogos são parte dessa experiência e, como tal, não importa quão arduamente tentem manter distância de seus objetos de estudo – tratando as experiências de vida como objetos “de fora” –, não conseguem desligar-se completamente do conhecimento que buscam compreender. Apesar disso, essa condição pode ser uma vantagem, posto que possuem uma visão interna e externa das experiências que tentam entender.

Há, entretanto, muito mais a ser dito sobre a relação entre a sociologia e o senso comum. Os objetos da astronomia precisam ser nomeados, alocados em um conjunto ordenado e comparados com outros fenômenos similares. Existem poucos equivalentes sociológicos desse tipo de fenômeno limpo e intocado, que nunca tenha sido preenchido com significados antes que os sociólogos aparecessem com seus questionários, fizessem anotações em seus cadernos de campo ou observassem documentos relevantes. As ações humanas e as interações que os sociólogos estudam já receberam nomes e já foram analisadas pelos próprios atores, e, dessa maneira, são objetos de conhecimento do senso comum. Famílias, organizações, redes de parentesco, vizinhanças, bairros, aldeias, cidades, nações, igrejas e qualquer outro agrupamento mantido coeso pelas interações humanas regulares já se apresentam com significados e significações conferidos pelos atores.

Por essas razões, a sociologia está intimamente relacionada ao senso comum. A segurança de cada uma dessas instâncias não pode ser garantida de antemão, em função de suas fronteiras permeáveis e fluidas. Assim como no caso das aplicações das descobertas dos geneticistas e suas implicações para a vida social, a soberania da sociologia sobre o conhecimento social provavelmente é contestável. Por isso, estabelecer uma fronteira entre conhecimento sociológico formal e senso comum é questão tão importante para a identidade da sociologia como manter

um corpo de conhecimento coeso. Não surpreende, portanto, o fato de os sociólogos darem tanta atenção a esse tema, e podemos apontar quatro modelos segundo os quais essa diferença tem sido levada em consideração.

Em primeiro lugar, a sociologia, à diferença do senso comum, empenha-se em se subordinar às regras rigorosas do discurso responsável. Trata-se de atributo da ciência para se distinguir de outras formas de conhecimento, sabidamente mais flexíveis e menos vigilantes em termos de autocontrole. Espera-se dos sociólogos, em sua prática, um grande cuidado para distinguir – de maneira clara e visível – afirmações corroboradas por evidências verificáveis e aquelas que reivindicam seu status a partir de meras ideias provisórias e não testadas. As regras de responsabilidade discursiva exigem que a “oficina” – o conjunto de procedimentos que conduz às conclusões finais e que, afirma-se, garantiria sua credibilidade – esteja sempre aberta para fiscalização.

O discurso responsável tem também de se relacionar com outras afirmações a respeito do mesmo tópico e, desse modo, não pode dispensar ou passar em silêncio por outros pontos de vista que tenham sido verbalizados, por mais inconvenientes que eles possam ser para o argumento. Dessa maneira, a fidelidade, a confiabilidade e, finalmente, também a utilidade, prática das proposições que se seguirem a esse argumento serão bastante ampliadas. Afinal, nossa crença na credibilidade da ciência apoia-se na esperança de que os cientistas tenham seguido as regras do discurso responsável. Quanto aos cientistas, eles próprios apontam para as virtudes do discurso responsável como argumento para validar e conferir confiabilidade ao conhecimento que produzem.

Em segundo lugar, há o tamanho do campo do qual o material do pensamento sociológico é extraído. Para a maioria de nós, no dia a dia, esse campo se resume a nossos próprios *mundos da vida*, ou seja, ao que fazemos, às pessoas que encontramos, aos propósitos que estabelecemos para nossos empreendimentos e pressupomos que outras pessoas estabeleçam para os

delas, assim como os tempos e os lugares em que interagimos. Poucas vezes consideramos necessário ultrapassar o nível de nossas preocupações cotidianas para ampliar o horizonte de nossas experiências, atitude que exigiria tempo e recursos de que muitos podem não ter ou com que não se dispõem a arcar. Dada, porém, a tremenda variedade de condições de vida e de experiências no mundo, cada uma é necessariamente parcial e talvez até unidimensional.

Essas questões só podem ser examinadas se as colocarmos juntas e compararmos experiências prospectadas a partir de uma multiplicidade de mundos. Só então as realidades delimitadas da experiência individual serão reveladas, assim como a complexa rede de dependência e interconexões na qual elas estão envolvidas – rede que vai muito além da esfera que pode ser acessada a partir do ponto de vista da biografia singular. O resultado global de tal ampliação de horizontes será a descoberta da íntima ligação entre biografia individual e amplos processos sociais. É por essa razão que a busca dessa perspectiva mais ampla efetivada pelos sociólogos faz uma enorme diferença – não só quantitativamente, mas também na qualidade e nos usos do conhecimento. Para gente como nós, o saber sociológico tem algo a oferecer que o senso comum, por mais rico que seja, sozinho não nos pode dar.

Em terceiro lugar, a sociologia e o senso comum diferem quanto ao sentido que cada um atribui à vida humana em termos de como entendem e explicam eventos e circunstâncias. Sabemos por nossas experiências que somos “o autor” de nossas ações, e que o que fazemos é efeito de nossas intenções, muito embora os resultados possam não corresponder ao que pretendíamos. Em geral agimos para alcançar um estado de coisas, seja visando possuir um objeto, receber elogios, impedir que aconteça algo que não nos agrada ou ajudar um amigo. Naturalmente, o modo como pensamos nossas ações é o modelo pelo qual damos sentido às ações dos outros. Nessa medida, a única maneira que temos para conferir sentido ao mundo humano à

nossa volta é sacar nossas ferramentas explicativas estritamente no interior de nossos próprios *mundos da vida*.

Tendemos a perceber tudo que acontece no mundo em geral como resultado da ação intencional de alguém, que procuramos até encontrar, acreditando, então que nossas investigações tiveram êxito. Assumimos que a boa vontade está por trás dos eventos para os quais somos favoravelmente predispostos e que há más intenções por trás daqueles que nos desagradam. Em geral, as pessoas têm dificuldade em aceitar que uma situação não seja efeito de ações intencionais de alguém identificável.

Aqueles que falam em nome da realidade contida na esfera pública – políticos, jornalistas, pesquisadores de mercado, anunciantes, publicitários – mostram sintonia em relação a essas tendências e se referem a “necessidades do Estado” ou “demandas da economia”. Isso é dito como se o Estado ou a economia fossem feitos na medida de indivíduos como nós, com necessidades e desejos específicos. De modo similar, lemos e ouvimos falar a respeito de problemas complexos de nações, Estados e sistemas econômicos, descritos como efeitos dos pensamentos e dos escritos de um grupo de indivíduos que podemos nomear, fotografar e entrevistar. Os governos muitas vezes também se desobrigam de responsabilidades, referindo-se a coisas fora de seu controle ou tratando das “demandas públicas” por meio de grupos focais e pesquisas de opinião.

A sociologia se opõe tanto ao modelo que se funda na particularidade das visões de mundo, como se elas pudessesem, sem problema algum, dar conta de um estado geral de coisas, quanto ao que usa formas inquestionáveis de compreensão, como se elas constituíssem um modo natural de explicação de eventos, como se eles pudessesem ser simplesmente separados da mudança histórica ou das localidades sociais de que emergiram. Quando, em vez de atores individuais em ações isoladas, toma figurações (redes de dependência) como ponto de partida de suas pesquisas, a sociologia demonstra que a metáfora comum do indivíduo dotado de motivação como chave da compreensão do mundo humano – incluindo nossos próprios pensamentos

e ações, minuciosamente pessoais e privados – não é caminho apropriado para nos entender e aos outros. Pensar sociologicamente é dar sentido à condição humana por meio de uma análise das numerosas teias de interdependência humana – aquelas mais árduas realidades a que nos referimos para explicar nossos motivos e os efeitos de suas ativações.

Finalmente, em quarto lugar, o poder do senso comum depende da autoevidência de seu caráter, isto é, do não questionamento de seus preceitos e de sua autoconfirmação na prática. Esse caráter, por sua vez, repousa na rotina, personagem habitual da vida cotidiana, que conforma nosso senso comum e é ao mesmo tempo por ele conformado. Esse sistema é indispensável à continuidade de nossas vidas. Quando repetidos com suficiente frequência, os fatos tendem a tornar-se familiares, e o que é familiar costuma ser considerado autoexplicativo: não apresenta problemas e pode não despertar curiosidade. Não se pergunta às pessoas se elas estão satisfeitas com “as coisas como são” por razões não abertas ao escrutínio. O fatalismo, por sua vez, pode desempenhar seu papel, por meio da crença de que podemos fazer muito pouco para mudar as condições em que agimos.

De acordo com esse ponto de vista, é possível afirmar que a familiaridade estaria em tensão com seu caráter inquisitivo e que isso também pode potencializar o ímpeto de inovação e transformação. Em face do mundo considerado familiar, governado por rotinas capazes de reconfirmar crenças, a sociologia pode surgir como alguém estranho, irritante e intrometido. Por colocar em questão aquilo que é considerado inquestionável, tido como dado, ela tem o potencial de abalar as confortáveis certezas da vida, fazendo perguntas que ninguém quer se lembrar de fazer e cuja simples menção provoca ressentimentos naqueles que detêm interesses estabelecidos. Essas questões transformam o evidente em enigma e podem desfamiliarizar o familiar – com os padrões normais de vida e as condições sociais em que eles têm lugar em julgamento, elas emergem não como a única, mas como uma das possíveis formas de dar andamento a nossas vidas e organizar as relações entre nós.

Obviamente isso não é para agradar todo mundo, sobretudo aqueles cuja situação lhes confere grande vantagem. As rotinas têm também seu lugar. Cabe aqui recordar a centopeia de Kipling, que andava sem qualquer esforço sobre as cem patas até que um adulador da corte começou a elogiar sua extraordinária memória. Seria essa faculdade o que permitia que ela jamais pisasse a octogésima quinta perna antes da trigésima sétima ou a quinquagésima segunda antes da décima nona. Tornada consciente de si mesma, a pobre centopeia perdeu a capacidade de andar.

Há quem se sinta humilhado ou ressentido se algo que domina e de que se orgulha é desvalorizado porque foi questionado. Por mais compreensível, porém, que seja o ressentimento assim gerado, a *desfamiliarização* pode ter benefícios evidentes. Pode em especial abrir novas e insuspeitadas possibilidades de conviver com mais consciência de si, mais compreensão do que nos cerca em termos de um eu mais completo, de seu conhecimento social e talvez também com mais liberdade e controle.

Para todos aqueles que acham que viver a vida de maneira mais consciente vale a pena, a sociologia é um guia bem-vindo. Embora repouse em constante e íntima conversação com o senso comum, ela procura ultrapassar suas limitações abrindo possibilidades que poderiam facilmente ser ignoradas. Quando aborda e desafia nosso conhecimento partilhado, a sociologia nos incita e encoraja a reassessar nossas experiências, a descobrir novas possibilidades e a nos tornar, afinal, mais abertos e menos acomodados à ideia de que aprender sobre nós mesmos e os outros leva a um ponto final, em lugar de constituir um processo dinâmico e estimulante cujo objetivo é a maior compreensão.

Pensar sociologicamente pode nos tornar mais sensíveis e tolerantes em relação à diversidade, daí decorrendo sentidos afiados e olhos abertos para novos horizontes além das experiências imediatas, a fim de que possamos explorar condições humanas até então relativamente invisíveis. Tendo compreendido melhor o modo como surgiram os aspectos aparentemente naturais, inevitáveis, imutáveis e permanentes de nossas vidas – mediante

exercício de poder e meios humanos –, nos parecerá muito mais difícil aceitar que eles sejam imunes e impenetráveis a ações subsequentes – incluindo aí as nossas próprias ações.

O pensamento sociológico, como um poder antifixação, é, dessa maneira, um poder em seu próprio direito. Ele torna flexível aquilo que pode ter sido a fixidez opressiva das relações sociais e, ao fazer isso, abre um mundo de possibilidades. A arte de pensar sociologicamente consiste em ampliar o alcance e a efetividade prática da liberdade. Quanto mais disso aprender, mais o indivíduo será flexível diante da opressão e do controle, e portanto menos sujeito a manipulação. É provável que ele também se torne mais efetivo como ator social, uma vez que passa a ver conexões entre suas ações e as condições sociais, assim como a possibilidade de transformação daquelas coisas que, por sua fixidez, se dizem imutáveis, mas estão abertas à transformação.

Há também o que se encontra para além de nós como indivíduos. Dissemos que a sociologia pensa de forma relational para nos situar em redes de relações sociais. Faz, assim, uma apologia do indivíduo, mas não do individualismo. Nesse sentido, pensar sociologicamente significa entender de um modo um pouco mais completo quem nos cerca, tanto em suas esperanças e desejos quanto em suas inquietações e preocupações. Podemos então apreciar melhor o indivíduo humano contido nesse coletivo e talvez aprender a respeitar aquilo que toda sociedade civilizada tem de garantir para se sustentar: o direito de cada membro do coletivo escolher e pôr em prática maneiras de viver de acordo com suas preferências.

Isso significa selecionar seus projetos de vida, definir-se e defender sua própria dignidade, assim como os demais defendem a deles, diante de obstáculos com que todos se deparam, em variados graus. Pensar sociologicamente, então, tem um potencial para promover a solidariedade entre nós, uma solidariedade fundada em compreensão e respeito mútuos, em resistência conjunta ao sofrimento e em partilhada condenação das crueldades que o causam. Finalmente, se for conquistada, a causa da

liberdade será muito ampliada, posto que elevada ao patamar de causa comum.

De volta ao que estávamos falando, a respeito da fluidez daquilo que parece inflexível, o insight sociológico sobre a lógica interna e o sentido das formas de viver diferentes da nossa podem nos levar a pensar de novo sobre os limites estabelecidos entre nós e os outros. Uma nova compreensão gerada dessa maneira pode tornar nossa comunicação com “os outros” mais fácil e mais inclinada a conduzir ao mútuo entendimento. Medo e antagonismo podem ser substituídos por tolerância. Não há maior garantia de liberdade individual que a liberdade de todos.

Dar-se conta da conexão entre as liberdades individual e coletiva tem um efeito desestabilizador sobre as relações de poder existentes ou sobre o que muitas vezes chamamos de “ordens sociais”. É por essa razão que acusações de “deslealdade política” são feitas contra a sociologia por parte de governos e outros detentores de poder que mantêm o controle da ordem social. Isso é bastante evidente naqueles governos que buscam moldar a realidade em seu nome, alegando-se representantes, sem problema algum com relação ao estado de coisas em vigor, como se ele fosse natural; ou que castigam as condições contemporâneas por meio de nostálgicos convites a uma era passada, mítica, na qual todos conheciam seus lugares na sociedade.

Quando testemunhamos mais uma campanha contra o “impacto subversivo” da sociologia, podemos presumir que aqueles que querem governar por decreto preparam outro ataque à capacidade dos sujeitos de resistir à coercitiva regulação da vida individual. Tais campanhas em geral coincidem com medidas agressivas que miram as formas sobreviventes de autogerência e autodefesa de direitos coletivos; visam, em outras palavras, às fundações coletivas da liberdade individual.

Diz-se às vezes que a sociologia é o poder dos sem poder. Isso nem sempre é o caso, em particular nos lugares onde os praticantes se encontram sob crescentes pressões para se adequar às expectativas governamentais. Não há garantia de que, tendo

adquirido entendimento sociológico, alguém possa dissolver e destituir o poder das “árducas realidades” da vida. O poder da compreensão não é páreo para as pressões da coerção, aliadas ao senso comum resignado e submisso sob condições econômicas e políticas dominantes. Não fosse, porém, por esse entendimento, as chances de administração bem-sucedida da vida de alguém e da administração coletiva das condições partilhadas de vida seriam ainda menores. Trata-se de uma forma de pensar só valorizada positivamente por aqueles que não a podem considerar indiscutível; quando se trata daqueles que podem, é quase sempre subavaliada.

O conteúdo deste livro

Este livro foi escrito com o objetivo de ajudar as pessoas a entender suas experiências pessoais em si mesmas e com os outros. Ao fazer isso, mostra como os aspectos aparentemente familiares da vida podem ser interpretados de maneiras diferentes e inovadoras. Cada capítulo aborda questões que são parte de nossa vida cotidiana, mesmo que não se encontrem na linha de frente de nossa compreensão do dia a dia. Elas dizem respeito a maneiras de ver e aos dilemas e escolhas com que rotineiramente deparamos, mas sobre os quais temos pouco tempo ou oportunidade de refletir. Nosso objetivo é, assim, conduzir o pensamento nesses termos, e não segundo um “pensamento correto”. Queremos ampliar os horizontes de compreensão, mas não para corrigir alguma noção de erro, com uma ideia de verdade inquestionável. No processo, esperamos encorajar uma atitude questionadora, na qual entender os outros nos permite melhor entender a nós mesmos *com* os outros.

Este livro é diferente de grande parte dos demais, porque é organizado de acordo com questões que conformam nosso cotidiano. Há temas que interessam a sociólogos profissionais no curso de suas práticas, mas que são brevemente mencionados ou mesmo inteiramente omitidos, como, por exemplo,

a metodologia de pesquisa para o estudo da vida social. Trata-se de um comentário sociológico sobre temas que integram diretamente nossa experiência diária, cuja divisão em partes e capítulos pautou-se por esse conceito. Neste guia, nossa narrativa sociológica não será desenvolvida de maneira linear, porque retornamos a alguns tópicos ao longo do texto. Por exemplo, a identidade social aparecerá sob muitas formas nos diversos capítulos, pois é assim que o esforço de compreensão funciona na prática. Afinal, quando examinamos um novo tema, ele vai revelando novas questões e, assim, trazendo para a luz aquelas que ainda não havíamos considerado. Como assinalamos, isso é parte de um processo no qual adquirimos maior conhecimento – uma tarefa sem-fim.

Questões para refletir

1. Você acredita que haja uma ciência do senso comum e/ou uma visão de senso comum da ciência?
2. Se lhe pedissem para definir a disciplina da sociologia em apenas duas frases, o que você diria e por quê?
3. Quais são os benefícios e os perigos associados ao processo de “desfamiliarização”?
4. O senso é “comum”?

Sugestões de leitura

BERGER, Peter. L. e Hansfried Kellner. *Sociology Reinterpreted: An Essay on Method and Vocation*. Harmondsworth, Penguin, 1982.

Esse livro, seguindo o caminho aberto pela obra anterior de Berger, *Perspectivas sociológicas: uma visão humanista*, analisa temas como a liberdade e a “cientifização” da vida social.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre, Artmed, 2005 [Sociology, 4^a ed. Cambridge, Polity, 2001.]

Uma visão geral explicativa da sociologia.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre, Artmed, 2004. [Social Research: Issues, Methods and Process, 3^a ed. Buckingham, Open University Press, 2001.]

Se aqui não nos detivemos em metodologia de pesquisa, para quem se interessar, esse livro fornece um passeio pelos métodos e perspectivas empregados em pesquisa social.

MILLS, C. Wright. *The Sociological Imagination*. Harmondsworth, Penguin, 1970 [1959]. Edição brasileira: *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009 (os artigos “Sobre o artesanato intelectual” e “A promessa”).

Embora pareça datado, é ainda um clássico sociológico e o último capítulo antecipa o tema da “ambivalência”.

. Parte I .

Ação, identidade e entendimento na vida cotidiana